

## Juiz fala hoje sobre caso Santo André

João Carlos da Rocha Mattos, que está preso há dois anos, presta depoimento à CPI dos Bingos a partir das 10h30

**P**reso por negociar sentenças na Justiça Federal em São Paulo, o juiz João Carlos da Rocha Mattos deverá esclarecer hoje suas revelações sobre a existência de 42 fitas cassete que, segundo ele, comprometem Gilberto

Carvalho, chefe do gabinete pessoal do presidente da República. O juiz afirma que as gravações registravam diálogos telefônicos de pessoas envolvidas no caso do assassinato do prefeito de Santo André, Celso Daniel. Gilberto Carvalho

"comandava todas as conversas, dava orientações de como as pessoas deviam proceder", disse Rocha Mattos à revista *Veja*. Nesta quinta-feira, Gilberto Carvalho deverá ser acareado na CPI com os irmãos de Celso Daniel. **Página 3**

### Arthur Virgílio comemora o 336º aniversário de Manaus

Os 336 anos da cidade de Manaus, capital do estado do Amazonas, foram lembrados da tribuna do Senado pelo líder do PSDB, Arthur Virgílio. Ele requereu voto de aplauso pela data e registrou que Manaus, se por um lado tem muitas obras e monumentos, por outro ainda testemunha diversos contrastes em sua população.



Janduar Simões/Folha Imagem

Com mais de 1 milhão e 100 mil habitantes, Manaus tem problemas comuns aos das grandes cidades brasileiras, mas também mostra obras de arte como o Teatro Amazonas (foto)

Patrícia Santos/Folha Imagem



No pontificado de João Paulo II, a democracia cresceu no Leste Europeu

### Sessão especial do Senado homenageia João Paulo II

Sessão especial do Senado homenageia, a partir das 11h de hoje, a memória do papa João Paulo II. O polonês Karol Wojtyla passou 26 anos à frente do Vaticano.

**Página 2**

### Por que o "não" venceu? Resultado do referendo domina debate no Plenário

**Páginas 6 e 7**

**Orçamento discute relatório preliminar**

**Página 4**

**Demostenes sugere intervenção em Rondônia**

**Página 5**

**Frente de defesa da criança realiza 1º Encontro de Parlamentares**

**Página 3**

# Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na Internet, no endereço [www.senado.gov.br/agencia/agenda/agenda.asp](http://www.senado.gov.br/agencia/agenda/agenda.asp)



## Plenário faz homenagem a João Paulo II

Às 11h, haverá sessão especial em homenagem à memória do papa João Paulo II. Às 14h, o Plenário analisa o projeto de conversão originado da Medida Provisória 255/05, que amplia o prazo para as pessoas escolherem o regime de tributação dos planos de previdência complementar: o sistema regressivo ou a tabela do Imposto de Renda. Os senadores querem incluir nesse texto aspectos positivos da MP do Bem.

## Correios divulga calendário e toma depoimentos

A CPI dos Correios reúne-se às 11h para divulgar balanço das atividades e o calendário dos trabalhos para as recém-criadas sub-relatorias do IRB e dos fundos de pensão. Às 14h, a Sub-Relatoria de Contratos toma o depoimento de Egdio Bianchi, ex-presidente dos Correios; de Marcos Flora, ex-assessor direto de Luiz Gushiken na Secretaria de Comunicação da Presidência da República (Secom); e do franqueado da ECT Paulo Kress Moreira.



## Escândalo da emenda da reeleição volta ao debate

A CPI do Mensalão marcou para às 11h30 o depoimento dos ex-deputados Osmir Lima e Chicão Brígido, acusados de venderem seus votos em 1997 para a aprovação da emenda constitucional que

permitiu a reeleição do então presidente Fernando Henrique Cardoso. Amanhã, a comissão de inquérito ouve Ronivon Santiago, outro envolvido no escândalo da reeleição.

## Juiz traz informações sobre Celso Daniel à CPI dos Bingos

O juiz João Carlos da Rocha Mattos será ouvido na CPI dos Bingos, às 10h30. Ele disse que teve acesso a diversas gravações em que o chefe de gabinete do

presidente da República, Gilberto Carvalho, instrui as testemunhas do assassinato do prefeito Celso Daniel sobre como se comportar em relação ao caso.

## Comissão de Infra-Estrutura ouve presidente da ANP

A Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI) tem reunião às 10h. O diretor-geral da Agência Nacional do Petróleo, Haroldo Lima, participa do encontro, para falar da gestão de petróleo e gás natural no país. Há pouco tempo, a ANP realizou leilão para conceder direito de exploração a empresas privadas.

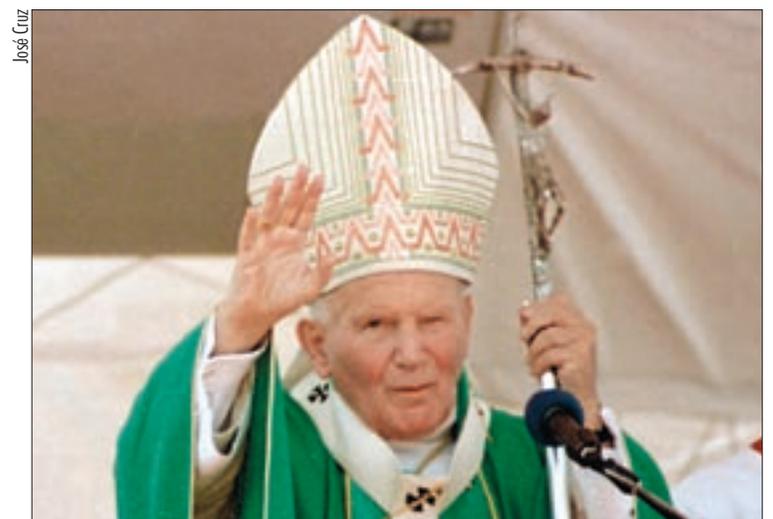


## Educação profissional

Às 9h30, a Comissão de Educação analisa proposta para a criação de unidades de educação profissional (PLC 70/05). Tramita ainda projeto que prevê a conservação de livros fiscais de empresas em meio eletrônico não-regravável (PLS 9/05).

## Assuntos Econômicos

Na pauta da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), às 9h30, pedido para que o Brasil tome empréstimos no exterior de US\$ 502 milhões, para investimento em habitação. Às 14h30, haverá reunião da Comissão Mista de Orçamento (CMO).



Plenário reverencia esforço de João Paulo II em favor da paz e do bem-estar social

Memórias de Karol Wojtyla e do jornalista Vladimir Herzog serão exaltadas em sessões especiais

# Senado homenageia hoje João Paulo II

O Senado homenageia hoje, em sessão especial às 11h, a memória do papa João Paulo II, atendendo a requerimento dos senadores Arthur Virgílio (PSDB-AM), Pedro Simon (PMDB-RS) e Paulo Paim (PT-RS). Além deles, estavam inscritos para falar até a tarde de ontem os senadores Marco Maciel (PFL-PE) e Delcídio Amaral (PT-MS).

Karol Josef Wojtyla, nome civil de Sua Santidade, passou 26 anos à frente do Vaticano. Nascido na Polônia em 1920, foi o pontífice mais jovem do século 20 e também o primeiro não-italiano a assumir a Santa Sé em mais de 450 anos. Durante o seu papado, houve fortalecimento dos movimentos dos católicos pela democracia no Leste Europeu.

## Amanhã, tributo a Vladimir Herzog

O Plenário realiza amanhã outra sessão especial, desta vez em homenagem ao jornalista Vladimir Herzog. "Morto sob tortura no dia 25 de outubro de 1975, Herzog tornou-se um símbolo da luta pela democracia e contra a ditadura militar", afirmou o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) na justificativa do requerimento em que propôs a homenagem.

Informar, no período do regime militar, como destaca Suplicy, era um trabalho perigoso.

O senador lembrou ainda que Herzog, nascido na antiga Iugoslávia, desde pequeno soube o que era perseguição. Sua família, judia, teve de fugir das tropas nazistas durante a 2ª Guerra Mundial, optando por se refugiar no Brasil, como tantos outros judeus.

## JORNAL DO SENADO

### MESA DO SENADO FEDERAL

**Presidente:** Renan Calheiros

**1º Vice-Presidente:** Tião Viana

**2º Vice-Presidente:** Antero Paes de Barros

**1º Secretário:** Efraim Morais

**2º Secretário:** João Alberto Souza

**3º Secretário:** Paulo Octávio

**4º Secretário:** Eduardo Siqueira Campos

**Suplentes de Secretário:** Serys Shessarenko, Papaléo Paes, Alvaro Dias e Aelton Freitas

**Diretor-Geral do Senado:** Agaciel da Silva Maia

**Secretário-Geral da Mesa:** Raimundo Carreiro Silva

### COMUNICAÇÃO SOCIAL

**Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social:**

Armando S. Rollemberg

**Diretor de Jornalismo da Secretaria Especial de Comunicação Social:** Helival Rios

**Diretor do Jornal do Senado:** Eduardo Leão (61) 3311-3333

**Editores:** Djalba Lima, Edson de Almeida, Iara Altafin,

Janaína Araújo e José do Carmo Andrade

**Diagramação:** Henrique Eduardo Lima de Araújo e

Iracema F. da Silva

**Revisão:** Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida,

Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino

**Tratamento de imagem:** Edmilson Figueiredo e

Humberto Sousa Lima

**Arte:** Bruno Bazílio e Cirilo Quartim

**Arquivo fotográfico:** Elida Costa (61) 3311-3332

**Circulação e atendimento ao leitor:** Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

### AGÊNCIA SENADO

**Diretora:** Valéria Ribeiro (61) 3311-3327

**Chefia de reportagem:** Denise Costa e Davi Emerich (61) 3311-1670

**Edição:** Rita Nardelli e Flávio de Mattos (61) 3311-1151

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte. Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

*Site:* [www.senado.gov.br](http://www.senado.gov.br) - *E-mail:* [jornal@senado.gov.br](mailto:jornal@senado.gov.br)

Tel.: 0800 61-2211 - Fax: (61) 3311-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

### PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores Tião Viana, Valdir Raupp, Sérgio Zambiasi e Arthur Virgílio e pela senadora Serys Shessarenko

Juiz federal, que se encontra preso sob acusação de vender sentenças, diz ter gravações que comprometem Gilberto Carvalho, chefe de gabinete do presidente da República. Amanhã, a CPI coloca frente a frente o assessor e os irmãos de Celso Daniel

## Rocha Mattos depõe hoje à CPI dos Bingos

A CPI dos Bingos ouve hoje, a partir das 10h30, depoimento do juiz João Carlos da Rocha Mattos, que se encontra preso há quase dois anos por negociar sentenças na Justiça Federal em São Paulo. Ele foi convocado após ter revelado a existência de 42 gravações que, segundo disse, comprometem Gilberto Carvalho, chefe do gabinete pessoal do presidente da República.

Senadores da base aliada que integram a CPI dos Bingos vão tentar fazer com que a acareação, marcada para amanhã, entre João Francisco e Bruno Daniel – irmãos do ex-prefeito assassinado de Santo André (SP) Celso Daniel – e Gilberto Carvalho seja a portas fechadas. A decisão, conforme a secretaria do colegiado, caberá ao seu presidente, senador Efraim Morais (PFL-PB), que poderá decidir pela abertura da acareação ao público e à imprensa, após ouvir o plenário da comissão.

Essa acareação – a segunda a ser promovida pela comissão parlamentar de inquérito – pro-



Comissão parlamentar de inquérito que investiga relações entre bingos e crime organizado terá o prazo prorrogado por 180 dias

mete ser das mais movimentadas e poderá esclarecer pontos considerados nebulosos no episódio que culminou com o assassinato de Celso Daniel, em janeiro de 2002, após ser seqüestrado.

Carvalho, que também já depôs na CPI, e que na época da morte de Daniel trabalhava como assessor na prefeitura, sustenta a tese de crime comum. Mas João Francisco e Bruno garantem que

Carvalho teria detalhado a eles, após a morte do irmão, como funcionava todo o esquema de corrupção em Santo André.

Na quinta-feira, também pela manhã, prestam depoimentos o presidente da Caixa Econômica Federal, Jorge Mattoso, e os ex-presidentes da instituição Emílio Carazzai, Danilo de Castro e Sérgio Cutolo. Eles vão falar sobre o polêmico contrato entre a

multinacional Gtech e a Caixa, renovado em abril de 2003, para operacionalizar o sistema de loterias federais.

Os trabalhos da CPI dos Bingos serão prorrogados por mais 180 dias. Com isso, a previsão é que o relatório final seja votado em abril de 2006. A data anteriormente marcada para o encerramento das investigações era o próximo dia 26.

## Azeredo pode ser ouvido pela CPI dos Correios

Denúncias da revista *IstoÉ* sobre suposta ligação do presidente nacional do PSDB, senador Eduardo Azeredo (MG), ao empresário Marcos Valério gerou questionamentos a respeito da possível convocação do parlamentar pela CPI dos Correios. O relator da comissão, deputado Osmar Serraglio (PMDB-PR), afirmou ontem que ainda não pode confirmar a convocação, pois há uma questão de competência – ele explicou que algumas das iniciativas que vêm sendo cobradas da CPI dos Correios são, na verdade, responsabilidade da CPI do Mensalão. Mas Serraglio disse que, se for para esclarecer a origem dos recursos e, nesse contexto, for necessário ouvir quem recebeu esses recursos, Azeredo poderá ser ouvido.

– Não investigamos quem usou o dinheiro, mas quem deu o dinheiro – frisou.

A matéria de *IstoÉ* se refere ao depoimento que Cláudio Roberto Mourão da Silveira, tesoureiro da campanha de Eduardo Azeredo à reeleição para o governo de Minas Gerais em 1998, fez na CPI dos Correios na semana passada. Ele confirmou o uso de caixa dois naquela campanha, mas inocentou Azeredo, afirmando que o então governador nada sabia sobre o caso.

Segundo a revista, Marcos Valério teria pago, em 2002, R\$ 700 mil ao ex-tesoureiro com o objetivo de quitar dívidas da campanha de Eduardo Azeredo.

## Sub-relatorias definem calendários para investigação sobre fundos de pensão e IRB

As sub-relatorias da CPI dos Correios vão apresentar nesta semana, aos demais integrantes da comissão, seus roteiros de trabalho e suas agendas. Estão marcadas para hoje, às 11h, as exposições da sub-relatoria que investiga os fundos de pensão, a cargo do deputado Antonio Carlos Magalhães Neto (PFL-BA), e da que busca detectar irregularidades no Instituto Brasil-Resseguros (IRB), coordenada pelo deputado Carlos William (PMDB-MG).

Antonio Carlos Magalhães Neto adiantou que pretende detalhar, individualmente, o trabalho a ser realizado pelos técnicos ligados à

sub-relatoria e o cronograma de atividades. Ele informou ainda que o primeiro relatório parcial deverá ser divulgado até 5 de dezembro. O colegiado vai contar com a ajuda da empresa Ernst & Young, que fará auditoria nos documentos sigilosos relacionados aos fundos de pensão, em poder da CPI. Também serão votados requerimentos de quebras de sigilos necessárias à atuação das duas sub-relatorias, que estão atrasadas em relação a outras, criadas tão logo se iniciaram os trabalhos da comissão.

A partir das 14h, estão agendados depoimentos na Sub-Relatoria de Contratos. O primeiro é o do ex-presidente dos Correios Egidio Bianchi. Ele foi sucedido por Hassam Gebrim ainda no governo Fernando Henrique Cardoso. Será ouvido ainda o ex-subsecretário de Comunicação Institucional da Secretaria de Comunicação e Gestão Estratégica (Secom) Marcus Vinícius Di Flora, para explicar suas relações com Marcos Valério. Di Flora aparece nas anotações da agenda da ex-secretária do empresário mineiro.



Sub-relatorias da CPI dos Correios também votam pedidos de quebra de sigilos



Segundo Patrícia, evento visa formar rede em defesa dos direitos das novas gerações

## Parlamentares realizam encontro em defesa da criança

Será realizado hoje o 1º Encontro de Parlamentares em Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente, que contará com a presença de senadores, deputados e vereadores. O evento ocorrerá no Plenário 9 da Câmara dos Deputados, a partir das 9h, e é promovido pela Frente Parlamentar pela Criança e pelo Adolescente do Congresso Nacional, composta por 138 deputados e 25 senadores.

Segundo a senadora Patrícia Saboya (PSB-CE), uma das coordenadoras da frente, o objetivo do encontro é criar uma rede nacional de defesa dos direitos das novas gerações, reunindo parlamentares do Congresso, das assembleias legislativas e das câmaras municipais.

– Esse encontro é um desdobramento concreto do Pacto Nacional do Poder Legislativo pela Infância e Adolescência, firmado em maio deste ano, em Fortaleza, por parlamentares de todas as regiões do país que se comprometeram a adotar uma série de medidas em prol das crianças e adolescentes do Brasil – afirmou a senadora. O encontro conta com o apoio do Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef); do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente; da Fundação Abrinq; do Comitê Nacional de Enfrentamento à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes; e da organização não-governamental Save the Children/Suécia. Após a abertura do encontro, duas Mesas concentrarão os debates: uma sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e os desafios do orçamento público, com início às 10h; e outra sobre a consolidação da Rede Nacional de Frentes Parlamentares, às 14h.

Deliberações dos parlamentares dependem de entendimentos com o governo sobre pendências que têm causado obstruções na CMO

## Orçamento inicia exame do relatório preliminar

A Comissão Mista de Orçamento (CMO) deve começar a discutir hoje o relatório preliminar do deputado Carlito Meres (PT-SC) à proposta orçamentária da União para 2006. Em reunião prevista para as 14h30, a comissão pode ainda analisar pedidos do governo para abertura de crédito orçamentário. A deliberação sobre as matérias depende, contudo, de entendimentos com o governo sobre pendências que vêm impedindo as votações no colegiado.

A obstrução dos trabalhos teve início depois da divulgação de vetos presidenciais à Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO). A bancada do PFL do Rio de Janeiro reivindica a aprovação de empréstimos para obras destinadas à preparação da capital carioca para os Jogos

Pan-Americanos. Na quinta-feira, coordenadores partidários no colegiado definiram pontos a serem negociados com o governo. Entre eles, consta a revisão de recursos de emendas parlamentares do atual Orçamento que o Executivo tenta remanejar para outras ações.

Também na quinta-feira, Meres apresentou parecer às 67 emendas formuladas. O deputado recomendou a rejeição de 37 das alterações propostas, acolheu cinco emendas, rejeitou parcialmente 18 delas e opinou pela prejudicialidade de outras sete.

O limite do valor que cada parlamentar pode mobilizar no atendimento a projetos em suas bases foi ampliado. Para as 20 emendas, agora poderão ser destinados R\$ 4 milhões – R\$ 500 mil acima do limite do ano passado. Não ha-



Relator da Comissão Mista de Orçamento, Carlito Meres (no detalhe) rejeitou 37 das 67 emendas apresentadas, tendo acolhido integralmente apenas cinco propostas

verá, contudo, impacto adicional sobre os recursos orçados para as emendas parlamentares, no montante de R\$ 3,1 bilhões. Isso porque o relator vai compensar a ampliação do teto com uma

redução dos recursos destinados a emendas coletivas de bancadas estaduais. Para a apresentação das emendas de valor aos projetos, entretanto, é necessário que seja votado o relatório preliminar.



Márcio Kallme

## Empréstimo externo ao Maranhão na pauta da CCJ

O projeto de resolução que autoriza o governo do Maranhão a obter empréstimo externo de US\$ 30 milhões junto ao Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (Bird) deve ser votado amanhã na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). O crédito destina-se a financiar parte do segundo Projeto de Combate à Pobreza Rural do Maranhão.

A votação da matéria (PRS 44/04) foi adiada devido a pedido de vista do senador João Batista Motta (PSDB-ES). Depois de passar pela CCJ, a proposta vai à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) para exame do mérito.

Na semana passada, o presidente do Senado, Renan Calheiros, ouviu do governador do Mara-



Comissão deve votar amanhã pedido de recursos ao Banco Mundial para combate à pobreza

nhão, José Reinaldo Tavares, que no próximo dia 18 de novembro encerra-se o prazo para o estado receber os recursos. José Reinaldo lembrou que a proposição tramita no Senado desde o ano passado.

Na última reunião do colegiado, o relator, senador Edison

Lobão (PFL-MA), leu seu parecer em que acolhe o projeto original e rejeita as oito emendas apresentadas. Ele explicou que, ao Senado, cabe somente autorizar ou recusar o empréstimo.

– As emendas são injurídicas e inconstitucionais – afirmou.

## Eleitor que estiver em trânsito poderá ser obrigado a votar

O eleitor que se encontrar em trânsito no dia de eleição poderá ser obrigado a votar fora do domicílio se a localidade em que estiver for atendida pela Justiça Eleitoral. A determinação está contida em substitutivo do senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) a quatro projetos de lei que se encontram na pauta da reunião de amanhã da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), para decisão terminativa.

Jereissati elaborou o substitutivo com base nos projetos de lei 195/02, de Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR); 207/04, de Valdir Raupp (PMDB-RO); 339/04, de Arthur Virgílio (PSDB-AM); e 361/04, de Lúcia Vânia (PSDB-

GO). O parlamentar destaca que das quatro propostas, somente a de Raupp prevê a obrigatoriedade do voto em trânsito.

A CCJ deve analisar ainda, em turno suplementar, substitutivo de Demostenes Torres (PFL-GO) proposta de Rodolpho Tourinho (PFL-BA) que estabelece regras para que a administração pública contrate empresas terceirizadas (PLS 344/04). Também está na pauta, entre outras matérias, parecer de Demostenes Torres (PFL-GO) sobre proposta de emenda à Constituição de João Batista Motta (PSDB-ES) que modifica a sistemática de tributação sobre produtos primários ou semi-elaborados (PEC 9/05).

## Infra-Estrutura ouve hoje em audiência diretor-geral da ANP

O diretor-geral da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), Haroldo Lima, deve prestar, hoje, esclarecimentos à Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI) sobre problemas relacionados com as gestões administrativa, orçamentária e de recursos humanos no órgão. A audiência pública está prevista para as 10h.

No requerimento que convocou a audiência, o senador Heráclito Fortes (PFL-PI) observa que, embora as receitas atribuídas à agência, previstas na Lei 9.478/97, representem cerca de R\$ 2,5 bilhões no corrente ano fiscal, o órgão solicitou apenas R\$ 443 milhões para cobrir suas necessidades no período. Consta também o senador que a Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2005 consignou à ANP recursos ainda inferiores, da ordem de R\$ 184 milhões; e, mais recentemente, o Ministério de Minas e Energia determinou limite de movimentação e empenho – ou seja, o que efetivamente poderá ser gasto – de apenas R\$ 79 milhões.



Heráclito Fortes deseja esclarecer problemas relacionados à gestão da agência reguladora

## CAS debate projeto de inclusão social dos moradores de rua

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) reúne-se nesta quinta-feira para analisar dez projetos de lei, entre eles o que institui o Programa Nacional de Estímulo ao Emprego de Trabalhadores Experientes (PLS 126/05), o que autoriza o Poder Executivo a criar o Programa Nacional de Inclusão Social da População de Rua (PLS 299/04) e o que dispõe sobre critérios diferenciados para a concessão de aposentadoria às pessoas com deficiência seguradas do Regime Geral de Previdência Social (PLS 252/05 – complementar).

As três propostas são de autoria do senador Paulo Paim (PT-RS) e contam com pareceres favoráveis dos senadores João Capiberibe (PSB-AP), Patrícia Saboya (PSB-CE) e Gilberto Goellner (PFL-MT), respectivamente. Também está na pauta projeto que autoriza o Poder Executivo a criar o Fundo Brasil de Cidadania (PLS 82/99), de iniciativa do senador Eduardo Suplicy (PT-SP).



Gilberto Goellner relata a proposta sobre aposentadoria de pessoas com deficiência

Senador resolve entrar com representação no MP depois que três deputados estaduais acusados de receber propina são absolvidos pela assembleia legislativa

## Demostenes quer intervenção federal em Rondônia

O senador Demostenes Torres (PFL-GO) resolveu entrar com representação junto à Procuradoria Geral da República depois de tomar conhecimento da decisão da Assembleia Legislativa de Rondônia que absolveu, na última quinta-feira, três deputados acusados de quebra de decoro. Relator da comissão especial externa que acompanha a apuração de denúncias de recebimento de propina pelos deputados, em troca de apoio político ao governador Ivo Cassol, o senador considera que a situação

político-administrativa daquele estado mostra "ilegalidade e abuso de poder" e é passível até de intervenção federal.

Demostenes tomará as medidas jurídicas cabíveis assim que voltar de Nova York, onde está exercendo, com outros parlamentares brasileiros, a função de observador na Assembleia Geral das Nações Unidas. Ele lembra que, caso o procurador-geral da República concorde com a representação, deverá provocar o Supremo Tribunal Federal (STF), que tem poderes para decretar a

intervenção federal no estado.

Desde junho, a Comissão Especial Externa de Rondônia vem tentando ouvir Ivo Cassol, que nunca compareceu às audiências. Após tomar depoimento de 12 dos 14 acusados, a comissão foi em julho a Porto Velho (RO) para ouvir o presidente do Tribunal de Justiça, Valter Oliveira, o procurador-geral Abidiel Figueira e o delegado da Polícia Federal Renato Sayão.

Como resultado da reunião no estado, ficou acertado que a própria assembleia de Rondônia

investigaria os fatos para processar os deputados que fossem indiciados por corrupção. Depois de instaurado um processo pela cassação de mandato de apenas quatro acusados, os deputados Ronilton Capixaba (PL), Ellen Ruth (sem partido) e Amarildo de Almeida (sem partido) foram absolvidos das acusações, contrariando indicação da Comissão de Ética da assembleia, que pedia a cassação. O outro deputado acusado de quebra de decoro – João da Muleta (PMDB) – teve o mandato suspenso por 30 dias.



Comissão que tem Demostenes como relator tenta ouvir o governador



Geraldo Mesquita Júnior diz que não autorizou que seus subordinados descontassem salário de servidor

### Mesquita Júnior rebate denúncia de ex-servidor

Geraldo Mesquita Júnior (PSOL-AC) classificou de "brutal e injusta" reportagem do *Jornal do Brasil*, publicada na sexta-feira, que o acusou de se apossar, mensalmente, de 40% dos salários dos servidores de seu gabinete. Apesar de considerar a denúncia "absurda, inconseqüente e inconcebível", o senador decidiu autorizar a quebra de seu sigilo bancário e pedir ao Conselho de Ética do Senado que apure os fatos "com isenção".

Segundo explicou, a matéria se baseou na gravação de conversa telefônica entre o ex-servidor Paulo dos Santos Freire e Maria das Dores Siqueira da Silva, chefe de seu escritório político em Sena Madureira (AC). No telefonema, Paulo dos Santos cobra a devolução de R\$ 5 mil, quantia que teria sido descontada de seu salário para custear despesas do escritório.

Ao mesmo tempo em que alegou desconhecer o caso, Mesquita Júnior negou haver autorizado essa prática entre seus subordinados e se disse surpreso quando Maria das Dores Siqueira admitiu, semana passada, a realização de descontos no salário do ex-servidor. Ela não teria levado o fato ao conhecimento do senador.

Mesquita Júnior associa a denúncia à perseguição política dos governos federal e do Acre, que passaram de aliados a alvo de críticas por "desvios ideológicos, políticos e administrativos".



Segundo Tião Viana, ao se defender, Geraldo Mesquita Júnior "transferiu responsabilidades"

### Tião Viana defende governo do Acre

Tião Viana (PT-AC), irmão do governador do Acre, Jorge Viana, sustentou que Geraldo Mesquita Júnior (PSOL-AC) "transferiu responsabilidades" ao governo do Acre ao se defender de acusações de reportagem do *Jornal do Brasil*. Viana afirmou ainda que os fatos justificados por Mesquita Júnior são mais graves do que ele tentou mostrar.

Viana lamentou que seu colega, eleito pelo PSB numa frente partidária com o PT, depois de ter sido chefe de gabinete do próprio governador, tenha "de uma hora para outra" passado a fazer acusações, atingindo "a honra do governador, da ministra Marina Silva e dos partidos que o elegeram".

– Agora, ele fica toda semana tentando montar dossiês para enviar ao Ministério Público, atentando contra a dignidade do governador – afirmou, ao lembrar que Mesquita Júnior, no passado, declarou sentir-se honrado em ajudar o presidente Lula em seu projeto de governo. No entanto, na CPI dos Bingos ele agora não perde a oportunidade para agredir o governo.

Viana acha que Mesquita Júnior poderia dizer "que se decepcionou com o projeto de governo do PT, que mudou suas idéias sobre desenvolvimento sustentado ou sobre ética na política". Mas, na sua opinião, Mesquita Júnior passou a agredir seus ex-aliados, ferindo "a dignidade dessas pessoas", num processo "de ódio progressivo".



Sibá considera que colega acreano está tentando "trazer um problema do estado para se justificar"

### Sibá estranha "rancor de discurso"

Sibá Machado (PT-AC) condenou o discurso feito por Geraldo Mesquita Júnior (PSOL-AC). Para Sibá, o colega acreano está tentando "trazer um problema do estado para justificar um problema dele".

Em pronunciamento, Mesquita Júnior refutou as acusações contra ele que constam em matéria publicada pelo *Jornal do Brasil*. De acordo com o artigo, o senador se apropriaria, mensalmente, de 40% da remuneração de servidores de seu gabinete. Ele negou com veemência as acusações e associou o aparecimento de tais denúncias com as críticas que vem fazendo ao governo petista do Acre e ao governo Lula. Mesquita Júnior chegou inclusive a afirmar que pessoas ligadas ao governo acreano "aparelharam e instruíram" o ex-servidor de seu gabinete que fez as acusações ao jornal. Ele aproveitou para reafirmar suas críticas ao governo do Acre.

Sibá se disse surpreso com o pronunciamento de Mesquita Júnior, lembrando que, em 2002, o colega acreano foi eleito para o Senado, pelo PSB, com apoio da Frente Popular do Acre, da qual participavam o PT e o PSB, entre outros. Ele ressaltou ter estranhado "o rancor, o ódio e a virulência" no discurso do colega.

– Não posso aceitar que assuntos dessa natureza sejam tratados na tribuna do Senado. Ele que resolva e se explique ao Conselho de Ética – disse Sibá.

### Garibaldi pede pressa à Comissão de Anistia

Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) fez, ontem, apelo ao governo federal para que agilize o julgamento dos 33 mil processos que se encontram parados na Comissão de Anistia, do Ministério da Justiça. O senador lembrou que já se passaram 40 anos dos fatos ocorridos e há pessoas idosas que não podem esperar muito mais tempo para receber suas indenizações.

Ele sugeriu a criação de uma comissão de senadores para pedir agilidade ao ministro Márcio Thomaz Bastos e ao presidente da Comissão de Anistia, Márcio Lavenère. Segundo Garibaldi, o governo precisa perceber a necessidade de urgência do julgamento dos processos.

Para embasar sua argumentação, o senador citou o caso do ex-líder do Sindicato dos Estivadores de Natal e líder do Partido Comunista Brasileiro, Pretestato José da Cruz, que considera emblemático. Esse cidadão, de acordo com Garibaldi, teve seus direitos políticos cassados e retornou ao país em 1976, após 12 anos no exílio.

– Com 82 anos, ainda não foi beneficiado e está perdendo a esperança de ver seus direitos respeitados – salientou. O parlamentar indagou se Pretestato será capaz de esperar mais, uma vez que, conforme disse o ex-líder comunista, a comissão se reúne apenas uma vez por mês, os conselheiros não moram em Brasília e o número de processos é imenso.

Conforme o senador pelo Rio Grande do Norte, é pouco provável que 90% dos processos que aguardam exame da Comissão de Anistia sejam julgados até o final de 2006, como prometeu Lavenère.



Garibaldi Alves Filho

Senadores opinam a respeito da vitória do "não" na consulta popular sobre a proibição da venda de armas de fogo. Tema domina pronunciamentos

## Plenário analisa resultado do referendo sobre armas

O resultado do referendo sobre a comercialização de armas e munições no país, realizado domingo, motivou boa parte dos discursos feitos ontem em Plenário pelos senadores. Embora muitas críticas tenham sido feitas ao governo federal, principalmente pelos parlamentares da oposição, todos os pronunciamentos convergiram para um ponto comum: o referendo foi uma vitória do processo democrático brasileiro e pode se converter em importante instrumento para montar nova política nacional de segurança.

Marco Maciel disse que o sucesso do "não" sinalizou a discordância dos eleitores com a política de segurança e com as recentes denúncias de corrupção. José Jorge e Antonio Carlos Magalhães argumentaram que os números do referendo configuram uma derrota para o governo. Ao analisar declarações sobre o alto custo do referendo, José Agripino concluiu que mais caro "seria afrontar a sociedade", referindo-se à adoção de medidas restritivas unilaterais quanto ao uso de armas, tese defendida por alguns parlamentares no Congresso quando se discutiu o

Estatuto do Desarmamento. Já o líder do PSDB, Arthur Virgílio, pediu que a Justiça Eleitoral libere os eleitores da região Norte, afetada por forte seca, do pagamento de multas por não comparecimento aos locais de votação.

O Tribunal Superior Eleitoral divulgou ontem os números finais do referendo. O "não" obteve 63,94% dos votos, contra 36,06% do "sim". Votaram 95,3 milhões de eleitores, representando 78,15% do eleitorado nacional. Os votos em branco representaram 1,39%, os nulos 1,68% e a abstenção, 21,85%.

Paulo Paim



Paulo Paim considera que eleitores mostraram sua insatisfação com a segurança pública do país

José Jorge



Para José Jorge, se o "sim" não fosse a posição tomada pelo governo, talvez essa opção teria vencido

Marco Maciel



"Não" é sinal de repulsa do eleitor à política de segurança e denúncias de corrupção, enfatiza Maciel

Efraim Morais



Efraim: quem recusou a proibição da venda de armas também diz não ao governo Lula, gestor do Estado

### Segundo Paim, eleitores estão descontentes

Paulo Paim (PT-RS) apresentou interpretações sobre a vitória do "não" no referendo ocorrido no domingo sobre a proibição da venda de armas no Brasil. Para o representante do Rio de Grande do Sul, os eleitores mostraram sua insatisfação com a situação da segurança pública no país.

— Já prevíamos um resultado como esse. Podemos mesmo acreditar que o simples fato de proibir a venda de armas iria acabar com a violência? A violência, a nosso ver, só terá fim quando nossa gente tiver melhores condições de vida — opinou o senador.

Paim ponderou que a grande vitória do "não" no Rio Grande do Sul (85,07% dos votos) se deveu a uma reação da população a vários fatores que vêm trazendo prejuízo ao estado. O parlamentar citou a possibilidade de desemprego, tendo em vista que as quatro maiores fábricas de armas do país estão instaladas no Rio Grande do Sul. Ele mencionou ainda a redução das exportações, provocada pela queda do dólar e pelo boicote aos produtos agrícolas brasileiros, devido ao surto de febre aftosa. Para o parlamentar, esses fatores geram situação financeira delicada para os gaúchos.

Paulo Paim cobrou a realização de investimentos nas áreas de educação, saneamento básico e segurança pública, além de políticas de valorização do salário mínimo e de geração de empregos, para que a violência no Brasil seja reduzida.

### José Jorge: população cobra mais segurança

José Jorge (PFL-PE) afirmou que a vitória do "não", no referendo sobre a proibição da venda de armas no país, representa uma derrota do governo. Na avaliação do senador, se o governo não tivesse se posicionado pelo "sim", talvez esta fosse a opção vitoriosa.

José Jorge disse que a vitória do "não", com o voto de 64% dos eleitores contra 36% do "sim" surpreendeu. O parlamentar lembrou que, há 40 dias, esperava-se que a população optasse pelo "sim", principalmente levando-se em conta o número de crimes cometidos com arma de fogo no país, que está entre os maiores do mundo. Ele ressaltou que a aprovação do Estatuto do Desarmamento e a adoção de medidas como a campanha de recolhimento de armas de fogo em todo o país resultaram na redução do número de homicídios.

Para José Jorge, a idéia de que a proibição desarmaria a população, mas não desarmaria os bandidos, explica em parte o que aconteceu. Mas, observou o senador, o resultado também expressou um voto de desconfiança na política de segurança pública do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

— Isso demonstra que é preciso acabar com as promessas, agir e fazer as mudanças necessárias. A vitória do "não" por larga margem mostra que a população não está satisfeita — afirmou o senador.

### Recado das urnas é alerta para o governo, diz Maciel

Marco Maciel (PFL-PE) disse que o governo deve estar atento ao recado que a população deu ao rejeitar nas urnas a proibição do comércio de armas de fogo e munições. Para o senador, o eleitor sinalizou, com esse gesto, sua desconformidade com a política de segurança do país e seu inconformismo diante das constantes denúncias de corrupção.

Embora tenha optado pelo "sim", Marco Maciel cumprimentou os brasileiros pela maturidade política que demonstraram comparecendo em massa aos postos de votação para expressar sua vontade. Ele também elogiou a Justiça Eleitoral, em especial o presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), ministro Carlos Velloso, pela organização da consulta. O parlamentar pediu, no entanto, que mecanismos como plebiscitos e referendos, assegurados pela Constituição e já utilizados em outros momentos da história do Brasil, não sejam banalizados.

— As consultas populares devem ser restritas a questões de maior transcendência. No caso das armas, por exemplo, poderia perfeitamente ter sido resolvido no âmbito do Congresso — opinou, observando que o governo gastou com a realização do referendo (segundo ele, cerca de R\$ 300 milhões) mais do que liberou este ano para reduzir a violência (cerca de R\$ 100 milhões, ainda segundo o senador).

### Efraim Morais prevê volta do "não" em 2006

Mantido o quadro atual do governo Lula, Efraim Morais (PFL-PB) previu que nas eleições de 2006 o "não" que venceu o referendo sobre o comércio de armas retornará mais contundente ainda. Para o senador, a maioria que disse "não" nas urnas, diz não também ao governo Lula, uma vez que a lei do desarmamento remetia ao Estado a missão de desarmar a sociedade, e a sociedade associa o Estado ao governo, seu gestor.

Efraim assinalou que o Instituto Datafolha apurou aumento de quatro pontos percentuais, entre agosto e outubro, no índice dos que atribuem a Lula "muita responsabilidade" nos casos de corrupção. A mesma pesquisa, acrescentou, aponta redução de sete pontos percentuais no índice dos que acham que o presidente da República não tem nenhuma responsabilidade nos casos denunciados. Além disso, frisou, chega a 81% o índice dos que consideram o governo Lula corrupto. O senador destacou também que o governo não fez um gesto sequer para mostrar empenho em punir os seus integrantes acusados de corrupção.

— Somente após cinco meses das denúncias e depois de negociar o seu silêncio, o PT expulsou Delúbio Soares — afirmou Efraim, ao ressaltar ainda a coerência de petistas que classificaram como hipocrisia o fato de a punição ter atingido apenas o tesoureiro do PT e não os demais membros da Executiva do partido.

**Antonio Carlos**



ACM: população deu o primeiro sinal de sua insatisfação com o governo federal e o PT

**Para ACM, vitória do “não” é reação ao governo do PT**

Ao registrar que votou “não” no referendo sobre a proibição da venda de armas, o senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) afirmou que a população, ao decidir pelo não, deu o primeiro sinal de sua insatisfação com o governo federal e com o PT, que apoiou o “sim”.

– Talvez o resultado tivesse sido outro se o governo não houvesse se metido; ele quis patrociná-lo para mostrar força, e hoje amarga o resultado: uma tremenda derrota – disse o senador baiano, que ressaltou a coincidência da vitória do “não” com a divulgação de pesquisa do Instituto Datafolha mostrando tendência de queda na aprovação do presidente Lula.

Em aparte, Jose Jorge (PFL-PE) apoiou Antonio Carlos, dizendo que o povo será contra qualquer coisa proposta pelo governo ou pelo PT. Por sua vez, o senador Tião Viana (PT-AC), ao comunicar seu voto pelo “não”, interpretou a vitória dessa opção como um alerta ao governo federal da fragilidade do Estado em garantir segurança aos cidadãos.

– Ninguém quer ter armas, mas todos querem segurança – assinalou o vice-presidente da Casa.

**Arthur Virgílio**



Para Virgílio, população condenou sucessivos governos pelas promessas não cumpridas

**Virgílio diz que resultado condena últimos governos**

Na opinião de Arthur Virgílio (PSDB-AM), a vitória do “não” representou a condenação da sociedade à classe política e aos governos, por não terem formulado uma proposta eficaz de segurança pública para o país. Segundo o senador, tanto os que votaram “não” quanto os que optaram pelo “sim” expressaram sua insatisfação com a insegurança atual.

Depois de revelar que votou “sim” e que repetiria o voto numa nova consulta, Arthur Virgílio disse que a intenção dos que se posicionaram pelo “sim” foi dizer que, se por um lado os homens de bem estavam dispostos a se desarmar, por outro cobravam do governo o desarmamento dos bandidos e a adoção de políticas sociais e de segurança pública.

– Em nenhum momento caí na esparrela de que havia uma disputa entre os bons do “sim” e os trogloditas do “não”. O “não” não derrotou o “sim”. Diria que o “sim” e o “não”, somados, condenaram não apenas este governo, pelas promessas não cumpridas no campo da segurança pública, mas sucessivos governos federais, incluindo aquele do qual fui ministro e líder – afirmou Arthur Virgílio.

**José Agripino**



Vitória do “não” reflete insegurança da população, que não abriu mão de ter armas, afirma Agripino

**Agripino: sociedade não se sente protegida**

O senador José Agripino (PFL-RN) disse que está com a consciência tranquila diante do resultado do referendo. Ele declarou que o mais importante foi a realização da consulta, que deu ao povo a oportunidade de opinar a respeito das mudanças na legislação pelo Estatuto do Desarmamento.

– O referendo custou caro? Mais caro custaria afrontar a sociedade – argumentou.

Agripino assinalou ter votado “sim” por princípios pacifistas. Para ele, a vitória do “não” reflete a insegurança da sociedade, que não se sente protegida pelo Estado e não quis abrir mão da possibilidade de adquirir armas.

O líder do PFL também lamentou os resultados de uma pesquisa realizada pelo Instituto Datafolha sobre o desempenho do Congresso na visão da população. Para 46% dos entrevistados, o desempenho é ruim ou péssimo. Agripino creditou a imagem negativa “aos mensalões, Marcos Valérios e deputados cassáveis”. O senador defendeu o aprofundamento das investigações.

– A banda boa do Congresso deve expor e cassar a banda podre – afirmou.

**Sérgio Zambiasi**



Zambiasi lembra que, com a vitória do “não”, está valendo o já rigoroso Estatuto do Desarmamento

**Zambiasi defende debate sobre desarmamento**

O senador Sérgio Zambiasi (PTB-RS) afirmou que o resultado do referendo realizado domingo, no qual a população disse “não” à proibição do comércio de armas de fogo e munições, coloca definitivamente a questão da segurança pública na ordem do dia de todos os governantes do país.

O parlamentar, que manifestou sua opção pelo voto “não” no referendo, defendeu a importância do debate sobre o tema do desarmamento.

– Na minha opinião, o Estatuto do Desarmamento já é uma das leis mais restritivas do mundo, que, se aplicada adequadamente, produzirá os resultados que todos queremos, ou seja, menos armas nas ruas e maior conscientização entre a população – observou.

Zambiasi lembrou que, com o resultado da votação, vale o que diz o estatuto para o registro e porte de armas de fogo. Entre as exigências estão a idade mínima de 25 anos e a comprovação de efetiva necessidade do uso.

– Espera-se agora do governo ações mais eficazes para coibir o comércio ilegal de armas e a facilidade com que elas chegam às mãos dos bandidos – disse.

**Remuneração a presidiário que prestar serviço**

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aguarda emendas e deve votar, até o fim de 2005, projeto da senadora Serys Slhessarenko (PT-MT) que define a responsabilidade pela remuneração do detento que prestar serviço a empresa conveniada com o presídio (PLS 304/05). A proposta altera a Lei de Execução Penal e define que caberá ao órgão da administração pública ou à empresa privada conveniada remunerar o trabalho do presidiário.

A senadora considera importante que a lei esclareça, “para não pairar dúvida quando da firmação do contrato”, a responsabilidade pelo pagamento aos presidiários trabalhadores.

**Projeto de Valadares incentiva uso de bicicleta**

As ciclovias e os espaços para estacionamento de bicicletas deverão estar previstos no plano diretor de cada município como forma de estimular esse tipo de transporte e reduzir a poluição urbana. A medida está contida no Projeto de Lei 350/05, de autoria do senador Antônio Carlos Valadares (PSB-SE), que se encontra na Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) para decisão terminativa.

De acordo com a proposta, que modifica o Estatuto da Cidade e tem como relator o senador César Borges (PFL-BA), a existência de um plano de circulação que contemple espaços para ciclovias e estacionamento de



Valadares: plano diretor deve prever ciclovias e estacionamento de bicicletas

bicicletas será condição para a concessão de financiamento federal para obras viárias a municípios com mais de 20 mil habitantes ou integrantes de regiões metropolitanas, obrigados a dispor de um plano diretor.

Conforme o senador, são “inúmeras e expressivas” as vantagens da bicicleta frente ao automóvel, como o silêncio, o exercício físico, a ausência de poluição e o caráter “inclusivo”, uma vez que permite a utilização também por menores de idade.

**Simon sugere programa de habitação popular**

O senador Pedro Simon (PMDB-RS) apresentou projeto que cria o Programa Especial de Habitação Popular (PEHP) para oferecer acesso a moradia adequada às famílias com renda de até cinco salários mínimos (PLS 351/05). O projeto será votado, em decisão terminativa, pela Comissão de Desenvolvimento

Regional e Turismo (CDR), onde poderá receber emendas.

De acordo com o texto, as ações a serem financiadas com recursos do PEHP poderão ser apresentadas e executadas por cooperativas, associações locais, mutirões habitacionais, empresas construtoras e até por unidade familiar. O mesmo projeto determina que os estados, o Distrito Federal e os municípios criem conselhos de habitação popular, dos quais participarão representantes do poder público e da sociedade organizada, para gerir esses recursos.

A matéria estabelece que os imóveis adquiridos com recursos do PEHP não poderão ser transmitidos, doados ou dados em pagamento pelo prazo de dez anos. E todos os atos cartoriais relacionados com a primeira aquisição de imóvel por esse programa terão seus emolumentos reduzidos à metade.

Pedro Simon apresentou projeto para famílias com renda de até cinco salários

Roosevelt Pinheiro

Roosevelt Pinheiro



Serys destaca aumento de 12% na capacidade de geração de energia

## Serys comemora investimentos no setor elétrico

A senadora Serys Shessarenko (PT-MT) comemorou o anúncio do governo federal de que foram investidos, nos últimos 33 meses, R\$ 16,9 bilhões em expansão da infra-estrutura de energia elétrica do Brasil. Ela destacou que os recursos foram usados na implantação de 39 unidades geradoras em 15 usinas hidrelétricas, e de 36 unidades geradoras em 13 usinas termelétricas.

Segundo a senadora, são mais de 11,06 mil megawatts de potência em operação, o que representa um incremento de 12% da capacidade instalada de geração de energia elétrica do país. Serys acrescentou que até o final deste ano entrarão em operação mais 11 unidades geradoras em sete usinas hidrelétricas e térmicas. Outras 28 unidades geradoras, em 13 usinas hidrelétricas e térmicas, começam a funcionar em 2006.

– No que se refere a energia elétrica, temos ampla segurança no Brasil graças às providências adotadas pelo governo Lula, que não vai deixar se repetir agora a tragédia do ‘apagão’ ocorrido no governo FHC – afirmou.

Serys lembrou também que, quando assumiu o mandato de senadora, firmou o compromisso de buscar solução para o problema das estradas federais de Mato Grosso, em especial a BR-364. A estrada, informou, está hoje praticamente concluída, trafegável e servindo para o escoamento da produção do estado.

Sem a reestruturação da CTNBio, alerta o senador, a comunidade científica brasileira fica impedida de dar continuidade a pesquisas com células-tronco embrionárias

# Suassuna cobra regulamentação urgente da Lei de Biossegurança

O senador Ney Suassuna (PMDB-PB) protestou contra a demora na regulamentação da Lei de Biossegurança. Ele lembrou que desde março, quando foi sancionada a lei, a comunidade científica aguarda a reestruturação do órgão responsável pelas autorizações para pesquisas com transgênicos e com células-tronco de embriões – a Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio). Segundo o senador, há 390 processos pendentes.

– A situação atual criou um vácuo em que muitas das pesquisas e outras ações imprescindíveis para o desenvolvimento da biotecnologia se encontram paralisadas – alertou.

Suassuna explicou que, como a Lei de Biossegurança não foi regulamentada, a CTNBio não pôde ser nomeada e, com isso,



País deixa de investir no avanço da produção agrícola devido à paralisação de pesquisas com transgênicos, afirma Suassuna

não há um órgão para tratar da questão no país.

O senador destacou encontro, na liderança do PMDB, com cerca de 50 cientistas de diversos centros de pesquisa do país que pediram urgência para a regulamentação da lei. Ele registrou ainda apelos que tem recebido

de “dezenas de produtores rurais” preocupados com a legalidade do plantio de sementes geneticamente modificadas.

– É extremamente prejudicial para o país que não se possa dar continuidade à pesquisa com transgênicos e ao próprio plantio dos produtos que vierem a ser devidamente autorizados. Milhões de reais estão deixando de ser investidos em alternativas tecnológicas que podem representar aumento da produção agrícola com menor uso de recursos naturais e redução de agrotóxicos – lamentou Suassuna.

## Capiberibe pede amplo direito de defesa para manter o mandato

O senador João Capiberibe (PSB-AP), que foi cassado pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE), afirmou em Plenário que alguns parlamentares querem lhe tirar o direito à ampla defesa e dar posse imediata ao candidato derrotado nas eleições de 2002. O senador apresentou questão de ordem solicitando que a Mesa lhe garanta esse direito que, argumentou, está assegurado pelo artigo 55 da Constituição federal e pelo artigo 32 do Regimento Interno do Senado.

O senador Tião Viana (PT-AC), na presidência dos trabalhos, assegurou que a Mesa decidirá sobre essa questão e garantiu que

lhe será assegurado o direito à ampla defesa.

Capiberibe disse que apresentou a questão de ordem para esclarecer as dúvidas sobre a cassação, existentes no Regimento Interno. Ele lembrou que, de acordo com o artigo 55 da Constituição, o parlamentar que tiver o mandato cassado por decisão da Justiça Eleitoral terá a perda do mandato declarada pela Mesa da Casa respectiva, sendo assegurada a ampla defesa.

O senador argumentou que, mesmo após a Justiça Eleitoral declarar a perda de mandato, a ampla defesa será assegurada, antes da decisão da Mesa, lembrando



Capiberibe: decisão do TSE que lhe retirou mandato deve passar pelo crivo do Senado

do que esse princípio é válido em toda e qualquer decisão judicial. Na sua avaliação, o legislador, quando assegura ampla defesa ao parlamentar no âmbito de sua Casa, submete a decisão ao crivo do Parlamento.



Raupp: CPI irá sugerir aos EUA ampliação de 6 mil para 30 mil vistos anuais

## Raupp relata viagem aos EUA pela CPI da Emigração Ilegal

O senador Valdir Raupp (PMDB-RO) relatou ontem os resultados da viagem que fez aos Estados Unidos na condição de presidente interino da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPI) da Emigração Ilegal, onde verificou as reais condições dos brasileiros em situação irregular nos Estados Unidos. Ele substituiu o titular da comissão, senador Marcelo Crivella (PMR-RJ), e destacou encontro com o senador Edward Kennedy, do Partido Democrata norte-americano.

Ele informou que Kennedy é autor de um projeto que permite aos que migram para os Estados Unidos ilegalmente receber documentos provisórios por um prazo de três anos, prorrogáveis por mais três. Kennedy teria dito ao senador que seu projeto tem o apoio inclusive do Partido Republicano.

Raupp afirmou ainda que a CPI apresentará uma proposta à diplomacia norte-americana solicitando o aumento do número de vistos liberados para brasileiros. Atualmente são 6 mil por ano, o que a CPI considera insuficiente em vista do volume das relações comerciais entre os dois países. A sugestão será de até 30 mil vistos, frisou.

Valdir Raupp anunciou também que até o início de 2006, a CPMI apresentará seu relatório final. O senador esteve com a comitiva brasileira nos estados de Massachusetts e do Texas.

## Tourinho quer ampliar prazos para dívidas dos municípios com o INSS

O senador Rodolpho Tourinho (PFL-BA) fez um apelo ontem ao relator da Medida Provisória (MP) 255, senador Amir Lando (PMDB-RO), para que seja incluído no texto dispositivo que aumenta de 60 para 240 meses o prazo de parcelamento das dívidas das prefeituras junto ao Instituto Nacional de Seguro

Social (INSS).

Tourinho sugeriu também a adoção da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) como indexador para a correção dos débitos municipais, em lugar da taxa Selic (Sistema Especial de Liquidação e Custódia), atualmente adotada.

– As dívidas dos municípios

junto ao INSS têm crescido muito devido à adoção da taxa Selic como indexador. Essa taxa tem muito a ver com a colocação de títulos pelo governo no mercado, com política monetária restritiva e com controle inflacionário. Não pode ser usada como índice de correção para contratos de longo prazo, como são os dos muni-

cípios com o governo federal – argumentou.

Tourinho chamou a atenção para as dificuldades enfrentadas pelos municípios de seu estado, em especial os menores, que têm os repasses do Fundo de Participação dos Municípios, feitos pelo governo federal, como única fonte de renda municipal.



Tourinho propõe também novo indexador para as dívidas dos municípios com o INSS